



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	13884.001402/2005-98
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2101-002.693 – 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	10 de fevereiro de 2015
<b>Matéria</b>	IRPF
<b>Recorrente</b>	PAULO PINTO CUNHA
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Ano-calendário: 1999, 2000

**DEPÓSITO BANCÁRIO. CONTA CONJUNTA. SÚMULA CARF Nº 29.**

Todos os co-titulares da conta bancária devem ser intimados para comprovar a origem dos depósitos nela efetuados, na fase que precede à lavratura do auto de infração com base na presunção legal de omissão de receitas ou rendimentos, sob pena de nulidade do lançamento.

**DEPÓSITO BANCÁRIO. VALORES INFERIORES A R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), CUJO SOMATÓRIO NÃO ULTRAPASSA R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) NO ANO-CALENDÁRIO. SÚMULA CARF Nº 61.**

Os depósitos bancários iguais ou inferiores a R\$ 12.000,00 (doze mil reais), cujo somatório não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no ano-calendário, não podem ser considerados na presunção da omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada, no caso de pessoa física.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

Acompanhou o julgamento o patrono do recorrente, Dr. Bruno Schoueiri de Cordeiro - OAB-SP 238953

LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS - Presidente.

DANIEL PEREIRA ARTUZO - Relator.

EDITADO EM: 12/02/2015

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS (Presidente), DANIEL PEREIRA ARTUZO (Relator), MARIA CLECI COTI MARTINS, EDUARDO DE SOUZA LEÃO, HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR e ALEXANDRE NAOKI NISHIOKA

## Relatório

Em 2005 foi lavrado o Auto de Infração de e-fls. 440/457 para a exigência de IRPF acrescido de juros e multa de ofício.

Após o procedimento de análise e verificação da documentação apresentada pelo Recorrente, a fiscalização entendeu que haveria omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários com origem não comprovada realizados durante os anos de 1999 e 2000.

Cientificado do lançamento, o Recorrente apresentou a Impugnação de e-fls. 465/506, alegando, em síntese, (i) que o lançamento seria nulo; (ii) que teria ocorrido a decadência em relação ao imposto relativo ao ano de 1999; (iii) que a quebra do sigilo bancário sem ordem judicial seria constitucional, (iv) que a aplicação retroativa da Lei 10.174/2001 ofenderia o princípio da irretroatividade das Leis, (v) que a movimentação bancária não poderia ser classificada como renda, e (vi) que os depósitos das contas correntes de titularidade conjunta foram tributados como sendo de exclusividade do contribuinte.

Ao analisar a Impugnação, a DRJ de Campo Grande julgou o lançamento procedente em parte (acórdão de e-fls 3.208/3.229):

*"ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA  
- IRPF*

*Ano-calendário: 1999, 2000*

*PRELIMINAR DE NULIDADE.*

*Tendo o auto de infração sido lavrado por servidor competente, com estrita observância das normas reguladoras da atividade de lançamento e, existentes no instrumento os elementos necessários para que o contribuinte exerça o direito do contraditório e da ampla defesa, afastam-se as preliminares de nulidade arguidas.*

*PRELIMINAR DE ILEGALIDADE E  
INCONSTITUCIONALIDADE.*

*A instância administrativa é incompetente para manifestar-se sobre a constitucionalidade de leis.*

#### *UTILIZAÇÃO DE DADOS DA CPMF PELO FISCO.*

*Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processo de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas.*

*É lícita a utilização dos dados da CPMF para a apuração de outros tributos, após a edição da Lei Complementar nº 105/2001 e da Lei nº 10.174/2001.*

#### *QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO.*

*O sigilo bancário não é oponível ao Fisco ante ao contido na Lei Complementar nº 105/2001.*

#### *DECADÊNCIA. OMISSÃO DE RENDIMENTOS.*

*O direito de constituir o crédito tributário decaiu após 5 (cinco) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte à entrega da Declaração de Ajuste, já que o lançamento somente poderia ter sido efetuado depois que o fisco tivesse conhecimento dos valores declarados pelo sujeito passivo.*

#### *OMISSÃO DE RENDIMENTOS. DEPÓSITOS BANCÁRIOS.*

*A presunção legal de omissão de rendimentos, prevista no art. 42, da Lei nº 9.430, de 1996, autoriza o lançamento com base em depósitos bancários de origem não comprovada pelo sujeito passivo, quando não restar devidamente comprovada a fonte dos recursos. Apresentados, no entanto, na fase impugnatória documento comprobatórios de origem, é de se alterar o lançamento.*

#### *DEPÓSITOS BANCÁRIOS. EXCLUSÕES.*

*Cabe excluir do lançamento realizado com base em depósitos de origem não comprovada aqueles depósitos que se referem a rendimentos que se comprovem já tributados, ou aqueles que representem transferências entre contas da mesma titularidade.*

#### *CONTA CONJUNTA.*

*Comprovado que a conta bancária é de titularidade conjunta, fato não considerado quando do lançamento, os valores cuja origem não foi justificada devem ser divididos pelo número de titulares.*

#### *Lançamento Procedente em Parte”*

Inconformado com o resultado do julgamento, o Recorrente interpôs Recurso Voluntário (e-fls. 3.238/3.298), alegando, em síntese, os mesmos argumentos já expendidos na impugnação e acrescendo que a multa teria efeito confiscatório e que a taxa SELIC seria ilegal.

Após, protocolizou petição trazendo razões aditivas ao Recurso Voluntário, argumentando, em síntese, em relação aos depósitos bancários relacionados a contas conjuntas deve ser aplicada a Súmula CARF nº 29.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro DANIEL PEREIRA ARTUZO

O recurso preenche os requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual dele conheço.

Compulsando o inteiro teor dos autos, verificamos que o lançamento tributário diz respeito às seguintes contas bancárias de titularidade do Recorrente:

- Caixa Econômica Federal, Agência 351, C/C nº 59.283-5, titularidade conjunta com Maria Moraes Cunha, CPF 033.660.38-861, conforme informação constante na cópia da ficha de abertura e autógrafos (e-fl. 444);

- Caixa Econômica Federal, Agência 2143, C/C nº 48.166-7, titularidade conjunta com Maria Moraes Cunha, CPF 033.660.38-861, conforme informação constante na cópia da ficha de abertura e autógrafos (e-fl. 444);

- Caixa Econômica Federal, Agência 351, C/C nº 59.282-7, titularidade conjunta com Glauçinei Câmara, CPF 830.309.998-15, conforme informação constante na cópia da ficha de abertura e autógrafos (e-fl. 444);

- Banco Bradesco, Agência 2858, C/C nº 1000-6, titularidade conjunta com José Oscar Constantino, CPF 949.528.258-68, Paulo Roberto Neves Fernandes, CPF 026.053.458-74 e Glauçinei Câmara, CPF 830.309.998-15, conforme informação apresentada pelo contribuinte Paulo Roberto Neves Fernandes, que se encontrava sob fiscalização (e-fls. 444/445);

- Banco Bradesco, Agência 2858, C/C nº 501-0, conforme informação bancária a conta é conjunta, no entanto não foi informado o co-titular por parte da instituição (e-fl. 445);

- Banco Bradesco, Agência 2858, C/C nº 484-7, titularidade exclusiva do Recorrente (e-fl. 445);

- Banco Itaú, Agência 1529, C/C nº 8418-6, conforme informação bancária a conta é conjunta, no entanto não foi informado o co-titular por parte da instituição (e-fl. 445);

- Banco Itaú, Agência 3790, C/C nº 20388-3, conforme informação bancária a conta é conjunta, no entanto não foi informado o co-titular por parte da instituição (e-fl. 445);

Ora, a única conta de titularidade exclusiva do Recorrente é a C/C nº 484-7 da Agência 2858, Banco Bradesco e não existe prova nos autos de que os outros co-titulares foram intimados para explicar a origem dos depósitos efetuados na outras contas-bancárias.

A falta de intimação de todos os titulares da conta bancária para comprovar a origem dos depósitos bancários resulta em vício no lançamento, por inobservância do disposto no parágrafo 6º do artigo 42 da Lei nº 9.430/96:

*"Art. 42. Caracterizam-se também omissão de receita ou de rendimento os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.*

(...)

*6º Na hipótese de contas de depósito ou de investimento mantidas em conjunto, cuja declaração de rendimentos ou de informações dos titulares tenham sido apresentadas em separado, e não havendo comprovação da origem dos recursos nos termos deste artigo, o valor dos rendimentos ou receitas será imputado a cada titular mediante divisão entre o total dos rendimentos ou receitas pela quantidade de titulares"*

Ora, como cada titular da conta bancária é passível de ser questionado a respeito da origem dos créditos que transitaram por conta bancárias de sua titularidade e possui o direito de explicar a origem ou assumir integralmente a responsabilidade de cada depósito realizado.

Assim, a intimação a apenas um dos titulares não supre a imposição legal de intimar os demais co-titulares das contas mantidas em conjunto, pois a presunção de omissão de rendimentos, baseada em créditos bancários, somente se consuma na medida em que todos os titulares, regularmente intimados, não comprovam, com documentação hábil e idônea, a origem dos referidos créditos.

Após a pacificação da jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais nesse sentido, foi editada a Súmula CARF nº 29:

*Súmula CARF nº 29: Todos os co-titulares da conta bancária devem ser intimados para comprovar a origem dos depósitos nela efetuados, na fase que precede à lavratura do auto de infração com base na presunção legal de omissão de receitas ou rendimentos, sob pena de nulidade do lançamento.*

Dessa forma, reconheço a existência de vício no lançamento relativo às contas bancárias mantida de titularidade conjunta e voto no sentido de excluir do presente lançamento todos os valores respectivos.

Excluídos os valores relacionados às contas bancárias conjuntas, verificamos que os depósitos da C/C nº 484-7, da Agência 2858, Banco Bradesco que foram objeto de lançamento são os seguintes:

#### Ano-Calendário de 1999

Janeiro	R\$ 4.450,00
Fevereiro	R\$ 9.599,45

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 13/02/2015 por DANIEL PEREIRA ARTUZO, Assinado digitalmente em 13/02/2015

5 por DANIEL PEREIRA ARTUZO, Assinado digitalmente em 19/02/2015 por LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

Impresso em 20/02/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Março	R\$ 4.750,00
-------	--------------

Assim, entendo que em relação aos depósitos remanescentes, deve ser aplicada o disposto da Súmula CARF nº 61:

*Súmula CARF nº 61: Os depósitos bancários iguais ou inferiores a R\$ 12.000,00 (doze mil reais), cujo somatório não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no ano-calendário, não podem ser considerados na presunção da omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada, no caso de pessoa física.*

Por todo o exposto, voto no sentido de DAR PROVIMENTO ao Recurso Voluntário interposto para cancelar o presente lançamento.

É o meu voto.

DANIEL PEREIRA ARTUZO - Relator